

O local como especialização – as rádios locais portuguesas enquanto espaço para a comunicação de proximidade

Local as a specialization – the Portuguese local radio as a space for proximity

Luís Bonixe

Resumo

O surgimento de rádios locais na Europa representa seguramente uma das maiores revoluções no campo mediático. Portugal não ficou imune a este movimento e a partir da década de 70 do século passado surgem várias emissoras, ainda sem licença para emitir (rádios-pirata) que pretendem, sobretudo, reivindicar o direito das populações a uma presença mediática que, regra geral, lhes era negada pelo centralismo dos média portugueses. Desde a liberalização do setor da rádio ocorrida em 1988 até aos nossos dias, tem sido percorrido um caminho nem sempre fácil e que gerou um cenário preocupante no que diz respeito à proximidade e ligação que estas rádios mantêm com as comunidades nas quais se inserem. O presente artigo pretende contribuir para esta discussão, sublinhando as potencialidades das emissoras locais para a promoção da partilha e memória coletiva do local ao mesmo tempo que evidenciamos as iniciativas do foro legislativo que têm facilitado a adoção de políticas nas empresas de radiodifusão que não têm privilegiado o local.

Palavras-chave: Rádio; local; jornalismo

Abstract

The emergence of local radio stations in Europe is surely one of the greatest revolutions in media. Portugal was not immune to this movement and from the 70s of last century appear several stations, not yet licensed to broadcast (radio-pirate) who want, above all, claim the right of the people to a media presence that generally they was denied by the centrality of the Portuguese media. Since the liberalization of the radio in 1988 to the present day, has been traversed a path not always easy and steamed into a worrying scenario with regard to the proximity and connection that these radios have with the communities in which they operate. This article aims to contribute to this discussion, underlining the potential of local broadcasters to promote sharing and collective memory of the communities, On the other hand, we discuss the legislative initiatives that have facilitated the adoption of policies that have not privileged localness.

Key-words: Radio; local; journalism

Introdução

Foi a partir do final da década de 70 do século passado que surgiram por todo o país centenas de rádios locais que emitiam ilegalmente e por isso foram chamadas de rádios-pirata. Tratou-se da expressão portuguesa daquilo que já acontecia um pouco por toda a Europa desde o final da década de 50. As rádios-pirata portuguesas, sobretudo pela sua expressão quantitativa, modificaram o cenário do setor da rádio em Portugal. De repente

apareciam centenas de pequenas emissoras locais de norte a sul do país, desafiando o duopólio Estado/Igreja que controlava o setor.

Só no final dos anos 80 é que é aprovada a lei que liberaliza o setor da rádio em Portugal, permitindo que passassem a emitir, agora legalmente, cerca de 400 emissoras locais.

Do ponto de vista jornalístico contribuíram, pelo menos no início, para o exercício de um jornalismo de proximidade, trazendo para o cenário radiofónico um olhar sobre os pequenos problemas locais das populações, bem como novos protagonistas que eram frequentemente esquecidos pelas principais rádios do país.

As emissoras locais utilizaram a informação como um argumento importante para se afirmarem no cenário da radiodifusão portuguesa. A prática de um jornalismo de proximidade foi o argumento invocado para pressionar os governos em exercício na década de 80 no sentido de obter a desejada legalização. As rádios piratas seguiram, desde o início, a ideia de que teriam de oferecer serviços de informação local sobre as comunidades onde se inseriam.

Nos primeiros anos após a legalização a realidade trouxe à superfície um leque de problemas para as rádios locais que têm colocado em causa a sua razão de ser. Questões financeiras, de formação, de inovação e modernização tecnológica conduziram à adoção de medidas do foro legislativo, sobre as quais pretendemos refletir no presente artigo na medida em que se constituem como indicadores de preocupação com vista à consolidação do principal objetivo das rádios locais: a proximidade com a comunidade na qual se inserem.

O local enquanto construção mediática

O movimento de criação de rádios locais (ou livres, como também são chamadas) que inundou a Europa a partir do final da década de 50 está profundamente enraizado na consciência de que determinados setores da população poderiam transmitir as suas opiniões e pontos de vista (Eco, 1981:229). Este fenómeno não poderá ser dissociado das transformações políticas, sociais e culturais do pós-guerra no continente Europeu

bem como da contestação popular ao monopólio dos Estados no setor dos média (Starkey, 2011; Flichy, 1982)

Tratou-se de um movimento (ou melhor, de movimentos, já que tomou diversas formas em função das especificidades de cada país) libertador e que pretendeu colocar no espaço público mediático correntes sociais, culturais e políticas até então com pouca ou nenhuma expressão pública. Joan Manuel Dominguez (1997:220-221) vê as rádios locais como uma forma de escapar ao domínio dos grandes grupos económicos que controlam cada vez mais os meios de comunicação social. As emissoras locais, tal como as televisões locais, podem constituir-se como a alternativa ao discurso uniformizado dos *mega-media*.

As rádios locais constituiriam a forma de muitas economias familiares poderem continuar a ter acesso aos média sem ter de pagar para aceder à sociedade de informação. Estaríamos, de acordo com este ponto de vista, a criar “uma nova classe social dentro da sociedade da informação” (Dominguez, 1997: 221).

As rádios locais contribuíram para que a própria rádio se tivesse reinventado enquanto meio de comunicação, reforçando o seu papel e condição de veículo da expressão política, social e cultural. Não faltam exemplos como o chamado «movimento» em Itália que agregou diversas rádios com o objetivo de divulgar os ideais de esquerda (Rodrigo&Ruiz-Collantes, 1982:272) ou rádios verdes em França, assim designadas por defenderem a causa ambientalista. Dependendo de cada Estado, as rádios locais serviram de veículos de lutas sociais, políticas e noutros casos “apenas pelo gosto de fazer rádio” (Cazenave, 1984:82).

O caso português teve sobretudo um carácter localista, mas igualmente acompanhado de um vertente claramente contestatária ao duopólio Estado/Igreja que por altura dos anos 70, quando surgiram em Portugal as primeiras rádios-pirata, controlava o setor da rádio.

Significa que o movimento de liberalização da rádio em Portugal teve sobretudo a ver com o desejo das populações de se reverem no espaço mediático, quase sempre centralizado nas grandes cidades, Lisboa e Porto, e sobretudo voltado para os grandes temas nacionais.

Também neste caso, é preciso recordar as condições políticas e sociais do país, vindo de quase cinco décadas de ditadura. As rádios locais são, por essa razão, também uma expressão da identidade das comunidades. Manuel Chaparro Escudero salienta o carácter voluntário do fenómeno, sublinhando o facto das emissoras locais terem aparecido, neste caso em Espanha, de grupos de cidadãos empenhados em incorporar-se de maneira ativa na construção democrática. (Escudero,1998: 23-25)

Essa identidade foi sendo construída pelas próprias rádios que vincavam nas suas próprias designações a localidade para a qual emitiam. São exemplos a Rádio Portalegre, Rádio Voz de Almada ou Rádio Antena Livre de Abrantes, entre muitas outras.

A ligação das rádios locais ao território é, sob este ponto de vista, notória e foi assumido como um fator distintivo da especificidade de cada projeto. As rádios locais pretendiam representar um corte com o centralismo do Estado, construindo a sua identidade a partir da delimitação do território.

As ideias de comunhão e de partilha do mesmo espaço físico são aqui relevantes enquanto estratégia de afirmação e até mesmo comercial das empresas de radiodifusão local. O local é visto como o território de proximidade que fornece o elo de ligação entre a rádio e os seus ouvintes.

A rádio e o local

Adriano Duarte Rodrigues descreve a rádio como o relógio que acompanha o pulsar do nosso quotidiano (Maia, 1995: 7-9), que nos conduz a vida e nos orienta diariamente. A ligação dos indivíduos à rádio acarreta um grau de emotividade, afetividade e sentimento de partilha. Transformações tecnológicas que permitiram “levar” a rádio para todo o lado e a carga emocional simbolicamente transmitida pela voz a soar aos nossos ouvidos são fatores que têm ajudado a que a rádio, mesmo em tempos que privilegiam a imagem, continue a fazer parte das nossas vidas.

Pelas suas características, a rádio local significa o expoente dessa relação comunicativa. David Hendy considera que a rádio tem em si mesma “a aura da democracia”. O autor

diz-nos que essa aura decorre da junção de três fatores. Em primeiro lugar pela própria linguagem utilizada, que nos remete para uma pluralidade de versões, consubstanciada na possibilidade dos ouvintes serem recetores e produtores de informação. Em segundo lugar, a rádio é mais acessível financeiramente, quando comparada, por exemplo, com a televisão. Refere o autor:

“Isto faz da rádio, pelo menos em teoria, o meio mais marginalizado de todos os sectores da comunidade, assim como da imensa corporação do Estado: rádios comunitárias e de bairro, piratas, livres e várias formas de rádio clandestina, são fenómenos que raramente encontram paralelo numa ecologia global da televisão”. (Hendy, 2000:196)

E por fim, a rádio é também democrática, na visão de David Hendy, devido ao seu carácter localista e de ligação às comunidades locais para as quais emite programação.

Esta vertente da rádio que privilegia o local como estratégia de afirmação e identidade é seguida por outros autores. Rafael Roncagliolo (in Escudero, 1998:49) vê a comunicação de proximidade que as rádios locais suportam como algo que muda, transforma e altera a ordem das coisas existentes. Trata-se de um tipo de comunicação identificado com o outro, realizada na horizontal e não na vertical.

Um estudo do Ofcom sobre o que chamam de “rádios de pequena escala” (*small-scale radio*), compara a relação que os indivíduos têm com as rádios locais e as comunitárias. Uma das conclusões do estudo enfatiza, de forma evidente, a relação de proximidade e de identidade que os ouvintes têm para com a “sua rádio local”. “Não é tanto o que as rádios transmitem, mas o que representam para a sua comunidade que as torna tão especiais para os ouvintes” (Ofcom, 2011:22). O mesmo estudo compara a opinião dos ouvintes sobre a rádio local e a rádio de emissão nacional. Os ouvintes referem que sentem pela sua rádio local um afeto que não é mencionado quando são questionados sobre o que sentem em relação a outras rádios. Esse afeto não decorre necessariamente da escuta permanente, mas sim do sentimento de pertença que a rádio local lhes proporciona (Ofcom, 2011:16).

As rádios locais criaram condições para o renascimento de uma identidade regional, visível através do sentimento de pertença que os ouvintes nutrem pelas emissoras da sua localidade, realidade que é sobretudo observada em áreas onde as emissoras nacionais não têm uma forte implementação (Ofcom, 2011:22).

Esta ideia é sublinhada por Patrice Flichy (1981) que considera que as rádios locais ou paralelas, como também lhes chama, desempenham uma função social que se sintetiza por favorecer uma renovação da vida e das iniciativas locais. A rádio local, segundo esta perspectiva, permite à comunidade conhecer-se melhor.

Da proximidade e do local como especialização

As rádios locais inscrevem-se, assim, num registo de proximidade, valor que pode ser potenciado nas diversas dimensões de uma organização radiofónica local, como seja a micro-informação local, identidade local e entretenimento (Ofcom, 2011:5). No campo informativo, procuraremos explorar a questão da proximidade associada ao localismo, na hipótese de esta se constituir como um terreno fértil para a especialização jornalística.

O cenário para esta hipótese está fortemente associado à componente física da rádio. Entendemos que a territorialização é condição essencial para a promoção da proximidade e da especialização jornalística. A proximidade com o território sobre o qual a ação jornalística é exercida promove essa mesma especialização, uma vez que esta depende do grau de conhecimento que se têm sobre aquela. As decisões editoriais que os jornalistas tomam na sua atividade decorrem de cenários interpretativos que se baseiam num “significativo grau de conhecimento do local” (Kirby *in* Hood, 2010: 153). Neste sentido, práticas de *outsourcing* que algumas rádios locais adotaram (e que significa que a informação local de uma rádio é construída a partir da sede dessa rádio que se encontra num local diferente), levantam inúmeras questões, como argumenta Lee Hood: “*Outsourced news* implica uma grande questão: em que medida notícias produzidas fora do local têm o conhecimento dessa área de modo a contribuírem para o discurso coletivo desse local?” (Hood, 2010:153).

A defesa em torno de um jornalismo de proximidade que implique a sua especialização territorial é feita também por Bernardo Díaz Nosty (1997) ao referir que os media locais e regionais são meios especializados geograficamente. Quer isto dizer que devem apostar em estratégias que reforcem essa especificidade. Só assim poderão criar espaços e discursos direcionados para a sua audiência específica. O autor entende que o progresso tecnológico aplicado ao campo dos média deve ser aproveitado por estes para

se aproximarem cada vez mais das suas comunidades locais e não o contrário. Só assim, sublinha Nosty, os media locais desenvolverão a função para a qual foram criados incrementando valores de cidadania e de democracia.

“No local é muito difícil criar cenários que difiram da nossa realidade, porque, nesses planos formativos tão necessários para os meios locais, não convém desprender-se em excesso da realidade em volta e atender ao direito da informação dos cidadãos”(Nosty, 1997:168).

A construção e preservação de uma memória colectiva específica de uma região ou localidade depende da exacta adequação de estratégias de programação que se identifiquem com essa mesma audiência. Os meios locais devem procurar adequar-se à região de cobertura e se o não fizerem estão “a afastar-se dos seus objectivos e cavando o buraco da sua autodestruição”(Nosty, 1997:164).

As rádios locais representariam assim um meio de comunicação social voltado para as populações, consubstanciado no acompanhamento das pulsões sociais das comunidades, na efetiva realização de uma grelha de programação onde a tradição e a história locais seriam pontos fortes tal como a prática de um jornalismo de proximidade.

A micro-informação local é vista como um serviço exclusivo das rádios de pequena dimensão, sobretudo devido ao seu grau de especialização. É o tipo de informação que as rádios de maior dimensão ignoram e por essa razão constitui-se como um importante elemento de atração de ouvintes para as rádios locais (Ofcom, 2010:19).

Faz todo o sentido que o território local signifique a principal área de intervenção dos jornalistas das rádios locais, como forma, por um lado, de sublinhar a sua diferença e por outro para contextualizar, tendo em conta o seu público, os acontecimentos que chegam “de fora”.

Caminhos percorridos em Portugal

Em Portugal, o aparecimento de rádios-pirata é motivado pelo desejo das populações se fazerem representar nos média, até então muito centralizados em Lisboa. Apesar da existência de vários títulos da imprensa regional, o setor da rádio era dominado pela rádio pública, com centros de produção em algumas cidades do país, e pela Rádio

Renascença, pertencente à Igreja Católica. Com muito menos expressão, existia ainda a rádio Altitude na Guarda, originalmente associada ao Sanatório.

No final da década de 70 do século passado aparecem as primeiras rádios-pirata em Portugal por iniciativa de pequenos grupos de cidadãos e marcadas pelo forte pendor de amadorismo, mas que pretendiam sobretudo começar a suscitar o debate em torno deste movimento.

O carácter localista e de proximidade que o fenómeno assumiu em Portugal é verificável também no plano legislativo quando os então deputados Jaime Ramos e Dinis Alves propuseram em 1983 um Projecto-Lei visando a legalização das rádios-pirata. No preâmbulo do documento lê-se que os ouvintes passariam a dispor de “um poder mais alargado de escolha de programas mais variados e mais ajustados à especificidade das diversas regiões do país”. (Preâmbulo do Projeto-lei nº252/III de 26 de novembro de 1983)

Alguns anos mais tarde, em 1988, a lei que viria a liberalizar o setor da radiodifusão em Portugal sublinha também o carácter localista das emissoras locais e regionais:

“os fins da actividade privada e cooperativa seriam entre outros os de alargar a programação radiofónica a interesses, problemas e modos de expressão de índole regional e local, preservar os valores das respectivas culturas, difundir informações de interesse para a área geográfica de cobertura e incentivar as relações de solidariedade entre as populações locais”. (artº 6º da Lei 87/88 de 30 de julho).

Apesar disso, nem todos os projetos podem ser identificados com o mesmo grau de ligação ao local. Rádios como a TSF, o Correio da Manhã Rádio ou a Rádio Cidade apresentaram-se sempre com propósitos distintos daqueles que motivaram as emissoras locais espalhadas pelo país.

Se nos últimos anos antes da legalização e no par de anos que se seguiu podemos continuar a olhar para as rádios locais como projetos efetivamente locais, na medida em que a programação e a informação apresentavam propostas que a vinculavam à comunidade, passado algum tempo vieram à superfície problemas de carácter económico que puseram à vista as debilidades de alguns dos projetos aprovados. Mário Mesquita sintetiza assim o período imediato à legalização das rádios-pirata.

“De 1990 a 1993 são numerosas as alterações deste sector. Estações que fecham, que se associam a outras, que são vendidas, que alteram radicalmente o seu projecto inicial, enfim, a rádio local está longe de encontrar o seu ponto de estabilidade”. (Mesquita, 1994:400).

Na primeira metade da década de 90 assiste-se um cenário caótico caracterizado por estações que apesar de terem obtido alvará nunca emitiram, outras que se viram obrigadas a ceder espaços horários para outras rádios de maior dimensão e outras ainda que passaram a emitir em cadeia. O cenário então criado foi de descaracterização das rádios locais originando as designadas “rádios-fantasma” (Marinho, 2000:99) ou seja, emissoras que detinham efetivamente um emissor, mas não tinham programação nem informação próprias.

As emissoras com mais meios aproveitaram um vazio legal nesta matéria conseguindo retransmitir a sua emissão utilizando para tal os emissores de outras rádios com menores recursos. Deste modo, uma rádio local de Lisboa, facilmente conseguiria em cadeia chegar a todo o país.

O panorama da radiodifusão local em Portugal ficou dividido entre as emissoras locais de Lisboa e Porto que controlavam grande parte das pequenas rádios de província e, por outro lado, os pequenos operadores que lutavam por se manter fiéis aos princípios inspiradores do movimento.

No sentido de resolver o cenário caótico em que as rádios locais tinham mergulhado, são produzidas alterações em 1997 à lei 87/88 de 30 Julho pela lei 2/97 de 18 de Janeiro e cinco anos mais tarde é aprovada a lei 4/2001 de 23 de fevereiro. O diploma de 2001 obriga a que as rádios locais emitam um mínimo de oito horas entre as 7 e as 24 horas, estabelecendo que cada emissora indique, durante o período de programação própria, a denominação da rádio bem como a sua localização. No plano da informação, este diploma prevê que as rádios locais ou regionais generalistas difundam, por dia, pelo menos três blocos noticiosos de âmbito local entre as 7 e as 24 horas.

Quanto à constituição de cadeias de rádios, o artigo 30º da lei 4/2001 estipula que só podem emitir em cadeia as rádios que obedeçam a um mesmo modelo específico, num

máximo de quatro emissoras, desde que a distância entre elas não seja inferior a 100 quilómetros.

Se a questão das cadeias de radiodifusão estava, pelo menos aparentemente, resolvida, outra iniciativa no plano legislativo viria a criar nova agitação no setor. Com a publicação da lei 4/2001 de 23 de fevereiro é criada uma nova tipologia para as rádios locais que passam a ser consideradas também em função da sua programação que pode ser generalista ou temática e neste último caso, musical ou informativa. Várias rádios apressaram-se a alterar a sua classificação para temática musical e deste modo abdicarem da emissão de informação local, opção que resultava claramente numa diminuição dos custos, uma vez que não seria necessária a contratação de jornalistas.

Mas esta lei previa que uma rádio pudesse ser classificada como temática, desde que no mesmo concelho outra emissora se mantivesse generalista. Era a forma de garantir que por município, pelo menos uma rádio iria reproduzir a informação e a atualidade local. No entanto, esta condição é retirada da lei 54/2010 motivando um novo “agitar de águas” no setor, como descreveremos de seguida.

E ainda há espaço para o local?

O fenómeno das rádios locais alterou radicalmente o cenário dos média em Portugal. Contribuiu em muitos casos para a afirmação de uma identidade local, gerando espaços de debate e discussão sobre temáticas públicas. Contribuíram para a memória coletiva de uma comunidade.

No entanto, tal como noutras situações, a generalização é também aqui perigosa: muitas emissoras locais falharam nesses mesmos objetivos: cederam a sua emissão a grupos económicos, a confissões religiosas. Afastaram-se das suas comunidades.

Não é nossa pretensão detalhar o caso português, uma vez que falamos de um cenário com mais de três centenas de rádios locais o que obriga a um estudo aprofundado que o presente texto não procura.

No entanto, há indicadores que mostram alguns sinais de preocupação, motivando políticas e estratégias empresariais que aliadas ao plano legislativo estão a contribuir para que as rádios locais se afastem dos seus objetivos de promoção e criação de espaços de discurso e memória coletiva das comunidades onde se inserem. Um desses indicadores é o número de rádios locais que tem solicitado às entidades competentes a alteração dos seus projetos.

No relatório de 2010 da Entidade Reguladora da Comunicação, esta preocupação era manifestada em relação aos pedidos de alteração à programação feitos pelas emissoras.

“(…) assistiu-se, em 2010, a uma tendência, que começa a sedimentar-se no panorama radiofónico nacional, entre as rádios de âmbito local, no sentido da alteração dos respectivos projectos radiofónicos visando a sua adaptação a modelos pré-existentes, já reconhecidos ou reconhecíveis pela audiência, disso sendo reflexo os pedidos de alteração do projecto aprovados (15), assim como de alteração da denominação dos serviços (18)”. (ERC, 2010: 23)

O número de pedidos de alteração de programação conheceu um novo impulso aproveitando a aprovação da lei 54/2010 que descrevemos anteriormente. Em junho de 2012, menos de dois anos após a aprovação da lei, a imprensa da altura noticiava que a Entidade Reguladora para Comunicação (ERC) já tinha aprovado 10 pedidos de alteração de programação e que se preparava para “analisar mais outros cinco processos de alteração” (Meios&Publicidade, 18 de junho de 2012).

Dados que motivaram preocupação mesmo no seio do regulador. De facto, a própria ERC, na sequência dos pedidos de alteração de programação, viu-se na obrigação de emitir uma diretiva (Deliberação -1out. R/2012) sobre a promoção da diversidade informativa nas rádios na qual refere o seguinte:

“Lei n.º 54/2010 (doravante, Lei da Rádio) eliminou as restrições anteriormente consagradas à possibilidade de alteração da tipologia das rádios locais, em função da existência ou não, no mesmo concelho, de rádio generalistas, daí que se venha assistindo a uma tendência de modificação da tipologia dos serviços de programas de generalistas para temáticos musicais, com o conseqüente desaparecimento das rádios generalistas”. Neste sentido, a ERC recomendou na diretiva que seja salvaguardada “uma componente informativa de carácter local” (ERC, 2012)

Este afastamento do local não parece ser um exclusivo da realidade portuguesa. Lee Hood olhando para o cenário norte-americano nota como sendo negativa a estratégia que as rádios locais têm seguido de *outsourcing*. Referindo-se em particular ao campo

jornalístico, o autor defende que se um serviço noticioso é produzido por uma equipa que tem a cargo uma vasta área de cobertura, o resultado será um afastamento da especificidade dessa informação e como tal da ligação aos assuntos de uma cidade (Hood, 2010:19)

Guy Starkey encontra outros motivos para o afastamento das rádios locais face ao local. Para o autor britânico, a entrada em cena de grupos de comunicação nacionais ou até internacionais ao adquirirem emissoras locais tem conduzido a um cenário de “diminuição do sentido de localidade” uma vez que “colocam em situação desvantajosa as comunidades das quais procuram obter lucro” (Starkey, 2011:158).

Neste particular, poderemos encontrar alguns indicadores no mesmo sentido, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde grupos de comunicação têm entrado, aproveitando a legislação favorável, e adquirindo emissoras locais. Na verdade essas emissoras acabam por mudar a sua programação para temática musical e deste modo ignorarem a informação local das comunidades onde se inserem.

Notas finais

Procurámos no presente artigo elaborar uma reflexão sobre a importância das rádios locais enquanto geradoras de um discurso coletivo que promova o local e contribua para a preservação de uma memória coletiva.

As rádios locais têm condições ontológicas favoráveis para a prossecução de tais objetivos. À partida, porque estamos a falar de rádio e como tal de um meio que promove, pelas suas características uma ligação de proximidade com os ouvintes, seja através da sua própria linguagem, seja pela facilidade tecnológica que lhe confere portabilidade. Por outro lado, a dimensão local destas rádios são o sentido da sua existência. De facto, não faz sentido falar em rádios locais sem o local!

Há, como tentámos demonstrar, fatores que perturbam aquilo que seria o percurso normal de uma rádio local. Encontramos esses indicadores no plano legislativo com a aprovação de leis que geram condições favoráveis ao afastamento do local criando

condições para que no plano empresarial sejam adotadas estratégias que não têm o local como prioridade.

Naturalmente, que os planos financeiro (falamos na sua maioria de empresas com dificuldades económicas) e organizacional (tratam-se em muitos casos de rádios com pequenas estruturas ao nível de recursos humanos e materiais) não devem ser esquecidos.

Neste aspeto, tentou-se criar um plano de incentivos que ajudasse à modernização tecnológica, mas um estudo sobre a eficácia desses apoios mostra como eles não tiveram o resultado desejado. “O impacto desses apoios está longe de ter alcançado os objectivos, uma vez que não foram suficientes para potenciar uma maior dinâmica geral deste subsector (...)” (Carvalho, *et al*, 2010:287).

Por razões históricas e ontológicas, não é possível dissociar rádio local de proximidade e é nesse quadro que as políticas públicas para o setor da rádio devem ser adotadas, considerando por outro lado os desafios que o século XXI coloca aos meios de comunicação social em geral e à rádio em particular.

São por isso preocupantes as medidas legislativas recentes que se não forem causa direta do afastamento das rádios locais das comunidades onde se inserem, são pelo menos um forte incentivo a que isso aconteça.

A linha que seguimos no presente artigo afirma a rádio local enquanto espaço simbólico para a troca entre os indivíduos de uma comunidade e enfatiza a especificidade do local traduzida em termos jornalísticos numa especialização territorial dos conteúdos. É por isso, necessário fortalecer as rádios locais neste domínio criando condições para que os profissionais, sobretudo os jornalistas, possam exercer a sua função com base na experiência direta do território condição, neste contexto, fundamental para o conhecimento.

Bibliografia

AZEVEDO, A.P. (2001). “As rádios locais no pós-25 de Abril”, in *Observatório*, 4, Lisboa: Observatório da Comunicação, pp.113-122.

BONIXE, L. (2010) “Legalização, Concentração e Multimédia – Os desafios das rádios locais portuguesas”. *Rádio-Leituras*:1, pp. 187-202.

BONIXE, J.L. (2003). *As rádios locais em Portugal: informação e função social. Uma análise dos noticiários das rádios do distrito de Setúbal*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Nova de Lisboa

CARVALHO, A. et. al. (2010), *Estudo de Impacto dos Incentivos diretos concebidos pelo Estado aos órgãos de comunicação social regional e local*. UNL-Média XXI.

CAZENAVE, F. (1980). *Les Radios Libres*, Paris: PUF.

CHANTLER, P. & HARRIS, S. (1997). *Local Radio Journalism*, Oxford: Focal Press.

CRISELL, A. (1994). *Understanding Radio*, London: Routledge.

DOMÍNGUEZ, J. M. (1997), “Los media locales en la Cataluña y la ACL”, in ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *Radiotelevisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas*, Sevilla: EMA RTV, pp. 217-224.

ECO, U. (1981), “Una nueva era en la libertad de expresión”, in BASSETS, Lluís (ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 213-230.

ERC (2012), “Diretiva sobre a promoção da diversidade informativa nas rádios” Deliberação - 1out. R/2012

ESCUDERO, M.C. (1998). *Radio Publica Local*, Madrid: Fragua.

FLICHY, P. (1981). “La explosión del monólogo. Las radios paralelas en la Europa Occidental”. in BASSETS, Lluís (ed.), *De las Ondas Rojas a las Rádios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp.180-188.

GALINDO, J. A. G. (1999), “Participación social y democracia: los ciudadanos y los medios de comunicación”, in ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *La Democratización de los Medios Radiotelevisión Comunitária*, Sevilha: II Congreso de Radio y Televisiones Locales, Públicas y Alternativas. pp. 289-295.

GUATTARI, F. (1981), “Las radios libres populares”. in BASSETS, Lluís (ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 231-236.

HENDY, D. (2000), *Radio in the Global Age*, Polity Press: Cambridge.

HERRERO, M. C. (2001). *La radio en la convergència multimèdia*, Barcelona: Gedisa editorial.

HOOD, L. (2010), “Radio Recentered: Local News Returns Home”, *Journal of Radio & Audio Media*, 17:2, 151-166. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/19376529.2010.519652>

JEANNENEY, J-N. (1996). *Uma História da Comunicação Social*, Lisboa, Terramar.

MAIA, M. (1995). *A Telefonía*, Lisboa: Círculo dos Leitores.

MARCOS, L.H. (1989). *Rádios Locais – A lei e a realidade*, Porto: Centro de Formação de Jornalistas.

MARINHO, S. (2000). Um percurso da rádio em Portugal, in PINTO, Manuel (coord.) *A Comunicação e os Media em Portugal*, Braga: Universidade do Minho. pp.99 -109.

MEIOS&PUBLICIDADE, “É terrível o que se está a passar com as rádios locais”. Notícia publicada a 18 de junho de 2012

MESQUITA, M. (1994). “Os Meios de Comunicação Social”, in REIS, António (coord.) *20 anos de democracia em Portugal*. Lisboa: Circulo dos Leitores. pp. 360-405.

MORENO, E.M. (2002). “El Tratamiento Radiofónico de la Información Local”. in MARTINEZ-COSTA, María Pilar (Coord.). *Información Radiofónica*. Barcelona: Ariel, pp, 330-349.

NOSTY, B.D. (1997). “Los medios públicos regionales y locales - El futuro de los canales autonómicos y los medios locales públicos”, in ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *Radiotelevisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas*, Sevilla: Asociación de Emisores Municipales de Andalucía de Radio y Televisión, pp.157-169.

OFCOM (2011). *The future of small scale radio – A research report of Ofcom*. Disponível em: <http://stakeholders.ofcom.org.uk/binaries/research/radio-research/smallradio.pdf>

PRADO, E. (1985). *Estructura de la Información Radiofónica*, Barcelona: Editorial Mitre.

RODRIGO, M. y Ruiz-Collantes, X. (1982), *Cronología*, in BASSETS, Lluís (ed.), *De las Ondas Rojas a las Rádios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 265-276.

SANTOS, R. (2005). “A Rádio em Portugal: tendências e grupos de comunicação na actualidade”, *Comunicação e Sociedade*, 7, Braga: Universidade do Minho, pp.137-152.

Notas sobre o autor:

Luís Bonixe

luis.bonixe@gmail.com

ESEP, C3i

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Professor de Jornalismo no 1º ciclo de Jornalismo e Comunicação da ESE de Portalegre. Diretor do curso de 2º ciclo em Jornalismo, Comunicação e Cultura da ESE de Portalegre. Autor do livro sobre Jornalismo radiofónico. Autor de vários artigos publicados em revistas científicas nacionais e estrangeiras sobre jornalismo radiofónico e rádios locais. Membro do CIMJ e do C3i-IPP.